



CONCILIAÇÃO E RESISTÊNCIA:

a consciência de classe dos sujeitos pobres na atual crise do capital

Juliana Viana Ford¹

RESUMO:

A aceitação dos mecanismos de controle social do Estado burguês pelas famílias mais pauperizadas da classe trabalhadora é abordada neste trabalho a partir da prática de destituição do poder familiar contra aqueles sujeitos. Ao reagirem de forma passiva em relação aos instrumentos que garantem sua própria dominação, a classe trabalhadora parece contribuir para manutenção da ordem burguesa. Porém, tendo na crítica à sociedade capitalista de Marx os elementos necessários para compreender o lugar da classe trabalhadora nos atuais processos societários, é possível identificar na resignação dessas famílias certa forma de resistência contra a natureza destrutiva do capital.

ABSTRACT:

The acceptance of social control mechanisms of the bourgeois state by families impoverished working class is addressed in this paper from the practice of removal from family power against those guys. To react passively in relation to instruments that guarantee their own domination, the working class seems to contribute to maintenance of the bourgeois order. However, taking the criticism of capitalist society Marx of the elements needed to understand the place of the working class in current societal processes, you can identify these families resignation in some form of resistance against the destructive nature of capital.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: ju_ford@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Ainda no final do século XX, o capitalismo começava a apresentar sinais do que se reconhece, na atualidade, como uma longa crise de severas consequências para o sistema de capitais, e que como tal, expõe possibilidades de renovação e superação da ordem burguesa. O fim da hegemonia capitalista é uma tendência que se confirma, para alguns estudiosos, diante dos limites estruturais existentes à reprodução do sociometabolismo do capital Mészáros (2011), como por exemplo, a destruição dos recursos naturais em larga escala. No entanto, novas formas de sociabilidade precisam ser construídas no interior das relações sociais em colapso, como alternativas à barbárie produzida pelas ruínas do capitalismo. O surgimento de forças revolucionárias que iniciem o processo de transformação social necessário à construção de um outro tipo de sociedade para além do capital é um desafio do presente tempo histórico, que esbarra em formas cada vez mais submissas de organização dos sujeitos da classe trabalhadora em relação aos mecanismos de dominação do Estado burguês.

Afinal, toda crise do capital afeta diretamente a capacidade de reprodução da força de trabalho ao produzir uma superpopulação de desempregados que, sobrevivendo em condições miseráveis, aguçam a necessidade do controle social. Não por acaso, grande parte das ações judiciais de destituição do poder familiar² que partem do Estado são movidas contra as famílias mais pauperizadas da classe trabalhadora. Estas, no entanto, por muitas vezes se mostram resignadas com a perda do poder familiar, de modo a reforçarem o domínio da classe burguesa ao invés de contestá-lo. Não se pode negar que quando esses sujeitos se colocam como incapazes de cuidar dos próprios filhos, e aceitam se submeterem aos interesses da burguesia implícitos na intervenção do Estado, há sim uma contribuição para a manutenção do *status quo*, mas há também e, sobretudo, certa estratégia de sobrevivência na sociedade capitalista em colapso. O que não reduz

² Baseada na noção do direito romano, a instituição do pátrio poder foi incorporada ao Código de Civil brasileiro de 1916, atribuindo o exercício do pátrio poder exclusivamente aos homens, chefes da sociedade conjugal, e apenas substitutivamente pela mulher na falta ou impedimento do primeiro. Contudo, por diversas questões históricas as mulheres conquistaram a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal, alterando-se o termo pátrio poder para poder familiar (DIAS, 2005, p. 379-380).



nem impede a possibilidade de transformação da realidade pela classe trabalhadora, haja vista o seu caráter de classe universal.

2. INTERPRETAÇÕES SOBRE A CRISE DO CAPITAL

A atual manifestação de crise do sistema de capitais se expressa para Harvey (2011) como uma sucessão de episódios de crises financeiras ao redor do mundo, que se tornaram mais profundas e frequentes desde os anos 1970, atingindo seu auge na crise do sistema de crédito norte-americano de 2008. Considerando haver uma conexão entre as crises desse período, Harvey recupera no movimento de expansão do capital a nível global e ascensão dos EUA como potência econômica e política mundial, os elementos que desencadearam o colapso do tempo presente enquanto um “problema da absorção do excedente de capital” (idem, p. 30). Em sua análise, a dificuldade de reinvestimento do excesso de capital produzido desde o final da década de 1960, como estímulo à elevação da taxa de lucro realizada no pós segunda guerra mundial, é o que tem impedido o desenvolvimento do capitalismo desde então, gerando uma crise de superacumulação.

O progresso da acumulação e centralização de capitais, diz Marx (2011, p. 728), exige do capitalista a alteração da composição orgânica do capital com o emprego de parte do capital produzido sob a forma de lucro, em meios de produção que ampliem sua capacidade produtiva e, portanto, de gerar mais lucro. Não obstante, reduz-se a quantidade e eleva-se a produtividade da força de trabalho a movimentar esses meios de produção, afim de baixar o preço das mercadorias e ser competitivo em relação aos demais capitalistas. Por conseguinte,

[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da extensão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (idem, p. 733).

Foi o que aconteceu em meados da década de 1960, quando a hegemonia norte-americana se via ameaçada pelo crescimento econômico de países participantes da segunda guerra mundial. Segundo Brenner (2003, p. 51), Alemanha, Japão, França e



Itália são exemplo de países que conseguiram se desenvolver na esteira do capitalismo utilizando-se de tecnologia obsoleta descartada pelos EUA, por isso barata. A equiparação desses países em termos econômicos fomentava uma concorrência prejudicial ao domínio dos EUA, que após extenso período de acumulação capitalista (*boom*), iniciava um longo declínio até 1973. A disputa pelo mercado internacional de manufaturas é, para o autor, a chave de compreensão do colapso que vive o capitalismo, tendo em vista sua origem na superprodução de mercadorias.

Em decorrência da acentuada crise de produção no setor manufatureiro internacional, que na década de 1980 realizou demissões em massa em todo o mundo, as atividades financeiras foram fomentadas pelos países do centro do capitalismo com o objetivo de obter lucros altos.

[...] imensas bolhas financeiras incharam por todas as economias capitalistas avançadas, em especial nos mercados de ações, nas fusões e aquisições e nos imóveis comerciais, com a demanda especulativa elevando o valor dos ativos e com os investimentos efetuando suas compras na expectativa de que, havendo subido no passado, o valor dos ativos continuariam a subir no futuro. Mas o resultado foi principalmente a escalada sem precedentes do endividamento das empresas não-financeiras, que gastaram centenas de bilhões de dólares emprestados em aquisições alavancadas e na recompra de suas próprias ações, e uma cada vez maior fragilidade financeira dos bancos, que em grande parte financiou as ondas especulativas (idem, p. 87).

Porém, nos anos 1990 essas bolhas estouraram, provocando muitas falências bancárias e crises financeiras. Dessa forma, Brenner procura demonstrar que as crises financeiras iniciadas neste período são, na verdade, uma consequência da crise de superprodução, e não a própria causa de um colapso maior. Apesar das diferenças entre Harvey e Brenner, suas análises permitem observar como a queda da acumulação de capitais nas últimas décadas reflete no recuo da força de trabalho, utilizada para regular o mercado internacional.



3. CONCILIAÇÃO E RESISTÊNCIA

As consequências de uma crise do capital para aqueles que só possuem a própria força de trabalho são muito duras, justamente porque afetam diretamente o único meio de satisfação de suas necessidades. O capital não mede esforços para seguir acumulando quantidades cada vez maiores de riqueza socialmente produzida e, nesse sentido, o controle da força de trabalho disponível pelos capitalistas se destina apenas a expandir as relações de mercado. O resultado dessa lógica interna à reprodução do sistema de capitais se traduz, na crise atual, em acentuada queda do valor dos salários, e um elevado número de desempregados. Em todo o mundo, o colapso das relações do mercado global tem agravado as condições de sobrevivência dos sujeitos mais aviltados pela ordem do capital, desafiando-os a resistir sob tais circunstâncias.

Aceitar passivamente os mecanismos de controle social do Estado burguês pode ter se tornado tão importante para a classe trabalhadora, no presente tempo histórico, quanto vender a própria força de trabalho. Desvalorizada em função da própria natureza expansiva do capital, grande parte da força de trabalho disponível já não é aproveitada no capitalismo, de modo que uma massa cada vez maior de desempregados procura sobreviver neste sistema estando à margem das relações salariais. Logo, as formas de manutenção da vida humana criadas por estes sujeitos, sejam elas quais forem, estarão sempre deslocadas, inclusive moralmente, da forma dominante de reprodução objetiva na sociedade capitalista.

Enquanto manifestações opostas à ordem social do capital, essas estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora são tratadas pelo Estado burguês sob a lógica do controle social, de maneira mais ou menos violenta, porém, com sutilezas e refinamentos incorporados da necessidade de cooptar essas classes e garantir a dominação burguesa. Pois, a atual crise do capitalismo não se restringe às determinações econômicas de reprodução desse sistema, sendo também uma crise de hegemonia, conforme destaca Mota (2001, p. 84). Da necessidade de obter o consenso entre as classes sociais é que o capital simula a conciliação de interesses antagônicos, a fim de manter-se como único projeto de sociedade possível ao homem, portanto a-histórico.



As tentativas de saída da crise produziram no Brasil o seu ajuste à economia capitalista global, através da submissão aos grandes interesses internacionais, e o desenvolvimento de uma política de gerenciamento dos reflexos da crise no país. Ou seja, a economia brasileira está sujeita às relações de mercado entre os países de capitalismo mais desenvolvido, enquanto as expressões da contradição entre capital e trabalho que alimentam a crise são amortizadas internamente com políticas de administração da pobreza extrema. A gestão dessas políticas pelos governos reformistas é o que confere o tom conciliador ao capitalismo, enquanto contrapartida que o Estado burguês oferece à classe trabalhadora - já sem meios de promover o seu sustento - em troca da adesão aos mecanismos de controle social, a curto prazo, com consequências ao restabelecimento da hegemonia político-econômica do capital a longo prazo.

Ainda que esse tipo de estratégia consiga produzir certa adesão dos sujeitos pobres ao projeto de sociedade burguesa, conciliando os seus objetivos imediatos de atendimento das carências materiais com os objetivos da burguesia de se manter como classe dominante, ela não consegue se sobrepor ao agravamento dos reflexos da crise do capital no mundo contemporâneo, e o consequente aviltamento das condições de sobrevivência das classe trabalhadora. O pouco que o Estado burguês oferece à classe trabalhadora como meio de aproximá-las dos seus interesses, é insuficiente para garantir o pleno domínio dos capitalista sobre os não proprietários dos meios de produção (ABREU, 2008, p. 158). A perversidade das formas de reprodução do capital na crise atual atinge os sujeitos de tal modo, que sua integração ao sistema já não é possível apenas minimizando os aspectos do pauperismo. Mas parece que o capital ainda não se convenceu de que as reformas sociais não são a solução da crise mundial (BRENNER, 2003).

Confrontado com esse limite, o capital tende a asseverar o uso de mecanismos de controle social pelo Estado burguês, tendo o respaldo da argumentação positivista de manutenção do *status quo*, para executar ações repressivas contra os “desajustados” socialmente. É sob essa perspectiva que a retirada de crianças e adolescentes de famílias pobres pelo Estado burguês, para serem inseridas em famílias mais adaptadas à reprodução da ordem capitalista, tem se configurado como uma prática à serviço dos



interesses do capital. Isso por que, ao passo em que a destituição do poder familiar de sujeitos da classe trabalhadora cumpre o papel de punir e culpabilizar as famílias pobres não “adaptadas” ao modo de vida burguês, a adoção dessas crianças e adolescentes por famílias que conseguem reproduzir esse padrão da vida ideal e objetivamente completa um círculo perverso e extremamente funcional ao Estado burguês, que visa isentá-lo das suas responsabilidades na promoção do bem-estar social à maior parte dos sujeitos, e garantir que as ideias da classe dominante sejam perpetuadas por aqueles que são a sua ameaça potencial, ou seja, a nova geração da classe trabalhadora (FORD & GAVA, 2011).

Por trás do discurso moral da preservação da infância, amparada na legislação de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a quebra dos vínculos afetivos entre pais e filhos pelo Estado burguês como instrumento de controle social da classe trabalhadora é justificada e aceita socialmente como uma necessidade à sociabilidade tal qual nós a conhecemos. Também o individualismo imanente da forma social do capital transfere aos sujeitos a responsabilidade pelas condições em que se reproduzem objetivamente - enquanto a política econômica estatal favorece as relações de mercado em detrimento às políticas nacionais de bem-estar social - de modo que o próprio indivíduo tende a se culpabilizar pelas carências e mazelas sofridas como consequência da não “adequação” ao modo burguês de reprodução da vida humana.

Na medida em que os próprios sujeitos se culpam pelas condições materiais em que vivem, a destituição do poder familiar aplicada pelo Estado burguês é por eles aceita como consequência imediata de um “desvio” do indivíduo, mas que em meio à absoluta falta de perspectiva sobre a própria existência, lhes sugere uma possibilidade de terem algumas demandas imediatas satisfeitas. O desespero comum a essas pessoas, somado ao pensamento corrente que naturaliza e eterniza o modelo de sociedade burguesa causa conformismo, e até certa crença de que, aderindo a essas medidas os sujeitos poderão mudar sua realidade. Afinal, ao atrair a atenção do Estado burguês para suas questões individualmente, as famílias pobres conseguem acessar alguns serviços públicos, antes negados, podendo então amenizar o seu sofrimento de alguma forma. Ainda que, para



isso, se sintam forçadas a abrir mão de seus laços afetivos, e de tudo mais que as instituições capitalistas queiram controlar.

Portanto, é compreensível que as famílias pobres ameaçadas de serem destituídas do poder familiar de seus filhos, se submetam às ações de controle social do Estado burguês de maneira mais passiva do que em outros momentos da luta de classes, na medida em que ceder a essas práticas signifique a garantia de interesses menores, que lhes permitam minimamente sobreviver. Não desconsiderando o fato de que a burguesia conservadora exerce o domínio político e econômico das relações sociais, e que por isso, a classe desprovida dos meios de produção se submete aos seus interesses; a aceitação desse domínio pelos sujeitos pauperizados é um elemento peculiar do atual momento histórico de crise do capital, e de articulação dos sujeitos revolucionários. Essa leitura de mundo das classe trabalhadora – em que se arrisca perder o pouco que se tem (neste caso, os vínculos familiares), para “ganhar” qualquer ilusão de melhoria de vida em troca - pode ser percebida em entrevistas realizadas no ano de 2011 junto a alguns pais e mães ameaçados da perda do poder familiar pelo Estado burguês no, município de Vila Velha, no Espírito Santo³.

Para a mãe de vinte e dois anos que teve os quatro filhos retirados do seu convívio e guarda por ordem judicial: “Deus escreve certo por linhas tortas”. Em sua fala, a jovem se disse triste e aflita por não saber notícias dos filhos abrigados em uma instituição para crianças, no entanto, admitiu que o uso da medida - por mais que lhe trouxesse sofrimento – teve seu lado positivo ao passo em que a fez procurar por um tratamento contra a dependência química. Nesse relato observamos que o abandono do uso de substâncias ilícitas é uma questão tão importante para a mulher, enquanto uma cobrança moral de realização ideal dos sujeitos na sociedade burguesa, que mesmo a perda dos filhos se torna um mal remediado. Igualmente conformados com a situação de rompimento dos vínculos materno e paterno com os três filhos, por força do poder estatal, um casal com problema de alcoolismo afirmou que na instituição de acolhimento seus filhos teriam uma melhor educação do que sob os seus cuidados. Mesmo tendo

3 Os relatos são parte da pesquisa de elaboração do trabalho de conclusão de curso “O avesso do processo de adoção: crítica ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes na sociedade capitalista” (FORD & GAVA, 2011).



observado a forma autoritária e desrespeitosa com que o Estado tratava de sua questão familiar, tanto o homem quanto a mulher reconheciam em seus comportamentos a culpa por toda a situação que culminou na ação de destituição do poder familiar movida contra eles.

Ao aceitar a própria realidade como natural e imutável, de acordo com a forma fetichista e reificada de enxergar e se relacionar na sociedade capitalista, esses sujeitos se deixam dominar pelos mecanismos de controle social do Estado burguês, não reagindo às contradições vividas cotidianamente. Para além da simples reprodução da compreensão de mundo burguesa – e o é - a posição assumida pela classe trabalhadora implica, sobretudo, em certa cooperação com a realização dos interesses capitalistas, na medida em que conta com o consentimento da classe. Diferentemente de uma disputa entre interesses conflitantes, as classe trabalhadora permitem que os instrumentos de manipulação do Estado burguês interfiram em suas vidas porque, imediatamente, precisam satisfazer suas necessidades mais objetivas.

Mas, essa cooperação só é verdadeira na medida em que a classe trabalhadora abandona os próprios interesses, o que não se confirma tendo em vista o caráter universal em que se apresentam os seus interesses da classe. Enquanto a burguesia conservadora se empenha unicamente e com todo afincamento em preservar-se como classe que detém o domínio político e econômico das relações sociais, importa ao proletariado libertar-se desse domínio e estabelecer outras espécies de relações entre os homens sem qualquer tipo de exploração. Portanto, o proletariado só pode ser uma classe revolucionária. E só o é porque defende interesses universais. Em sua luta, os motivos particulares se elevam a interesses mais gerais, que representam uma vontade universal.

Efetivamente, cada nova classe, que toma o lugar da que dominava antes, é obrigada (nem que fosse apenas para atingir seu objetivo) a representar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias, é obrigada a dar a seus pensamentos a forma da universalidade, de representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos válidos, de maneira universal. Antes de mais nada, a classe que faz uma revolução, pelo simples fato de opor-se a uma *classe*, não se apresenta como tal, mas como representante da sociedade inteira; aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante (MARX *adud* IANNI, 1980, p. 156).



4. CONCLUSÃO

Compreendendo os aspectos que compõem a atual conjuntura política e econômica de crise do capitalismo, o recuo da classe trabalhadora com a aceitação passiva dos instrumentos de dominação burguesa parece mais uma estratégia de resistência destes sujeitos, já tão massacrados pelo sistema de capitais, do que a anunciação do término da luta de classes, como afirma o pensamento pós-moderno. Entretanto, o domínio das forças materiais e imateriais de reprodução das relações sociais pela burguesa acaba desequilibrando essa disputa, afinal: “Os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes de cada época; por outras palavras, a classe que é potência *material* dominante da sociedade é também a potência *espiritual* dominante [...]” (MARX *apud* IANNI, 1980, p. 154 – 155). O que não significa, todavia, o esgotamento das formas de resistência e enfrentamento das condições objetivas em que se reproduzem os sujeitos da classe trabalhadora.

E é justamente em meio às irremediáveis contradições produzidas e reproduzidas pelo capitalismo que as estratégias de contestação da ordem burguesa são potencializadas, enquanto práticas sociais mais ou menos conscientes do seu caráter transformador. A ausência de respostas do Estado burguês às carências dos sujeitos à margem do processo de produção de capitais repercute na intensificação de práticas conservadoras adotadas na esfera pública, sob a lógica da transferência de responsabilidades aos indivíduos. O aumento desse tipo de controle social por meio de instrumentos cada vez mais sofisticados, que acentuam a percepção imediata e deformada da realidade pelos sujeitos da classe trabalhadora, age punindo e corrigindo aqueles não “adaptados” ao padrão de vida da classe dominante. É nessa atmosfera, repleta de contradições e tensionamentos provocados pela disputa de interesses entre classes antagônicas, que certa relação de permissividade da classe trabalhadora com os instrumentos de dominação da burguesia operados pelo Estado se desenvolve, como uma forma de resistência dos sujeitos sobrantes.

Se nem mesmo a própria força de trabalho esses sujeitos conseguem vender em troca da sua reprodução objetiva, a mínima atenção recebida pelo Estado burguês - ainda



que com o intuito de eliminar as ameaças ao domínio burguês de forma punitiva e corretiva, às vezes violenta - tende a ser encarada como a única possibilidade de sobrevivência em meio ao colapso que vive a sociedade burguesa. Ou seja, as condições de existência das famílias da classe trabalhadora se tornaram tão hostis, que os mecanismos de controle social responsáveis pelo domínio burguês lhes parecem uma alternativa aos limites reais que o movimento expansivo do capital impõem à vida humana. A influência do pensamento dominante sobre a classe trabalhadora faz que, ao invés de uma ação revolucionária diante da realidade, estes sujeitos apenas procurem resistir às acentuadas contradições realizadas pelo capitalismo em seu curso expansivo.

Na medida em que os próprios sujeitos se culpam pelas condições materiais em que vivem, as punições e correções aplicáveis pelo Estado burguês são aceitas como consequência imediata de um “desvio”, além de representarem para esses indivíduos um meio de se integrarem ao modo de vida dominante e, por isso, garantirem a sua sobrevivência dentro da sociedade capitalista. Dessa forma, as famílias da classe trabalhadora cujos filhos são retirados definitivamente do seu convívio pelo Estado burguês, em virtude do seu “desajuste” social, tem se tornado cada vez mais submissas às ações do controle social, tendo em vista o mínimo ganho que que essas práticas podem lhes render. Por mais que a perda do poder familiar traga sofrimento a essas pessoas – afinal, muitas delas simplesmente não conseguem se alimentar dignamente – o mesmo acaba sendo interpretado pelos sujeitos subalternos como uma oportunidade de mudança em suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, H. **Para além dos direitos**: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2008.

BRENNER, R. **O boom e a bolha** – Rio de Janeiro, RJ : Editora Record, 2003.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 2. ed. - Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2005.



FORD, J. & GAVA, M. **O avesso do processo de adoção**: crítica ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes na sociedade capitalista. 2011. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Espírito Santo, Curso de Serviço Social, Vitória.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo – São Paulo, SP : Boitempo, 2011.

IANNI, O. (Org.) **Marx**. 2ª ed. – São Paulo, SP : Editora Ática, 1980.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 24ª ed. - Rio de Janeiro, RJ : Civilização Brasileira, 2011, livro I, vol. II.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.